



O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR) E AS MOTIVAÇÕES DOS CURSISTAS

Maria da Cruz Santos Guimarães
(UFPI/CSHNB, Graduanda em Pedagogia –
marycguimaraes20@hotmail.com)

Ana Carmita Bezerra de Souza
(UFPI/CSHNB, professora Adjunta II do curso de Pedagogia –
acarmitabs@gmail.com)

1. Introdução

A década de 1990, enfatizada em inúmeros estudos, marca o início de um período de muitas reformas do sistema de educação no Brasil, “justificadas pelo discurso de elevar os padrões de qualidade e eficiência da educação” (LAGE & SOUSA 2010, p. 47). Podemos atribuir esses investimentos ao contexto sociopolítico-econômico que vive o país, em que o mercado de trabalho no modo de produção capitalista, cada vez mais concorrido e modernizado, exige profissionais qualificados.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR é uma das ações resultante dessas reformas. O programa, criado pela CAPES e implantado através do decreto 6.755 de 2009, em parceria com as secretarias de educação e universidades tem a intenção de qualificar profissionais da educação que já atuam, através de formação em licenciaturas. É uma formação que funciona no período de férias dos docentes e nos finais de semana.

Nesse sentido, a nossa pretensão é discutir as intenções de tal política de formação, bem como compreender as motivações que levam os professores a aderirem a tal formação. Assim, dois questionamentos são lançados para uma reflexão sobre a atuação das políticas de formação docente: Quais as intenções dos investimentos na qualificação do docente da educação básica através do PARFOR? Quais as motivações que os professores alegam para aderirem ao programa?

Esta é uma pesquisa qualitativa, que se classifica como tal devido ao tipo de análise que realizamos com os dados, uma vez que este tipo de pesquisa típico das



pesquisas sociais “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES 1996, p.1). Os dados, por sua vez, foram obtidos através da aplicação de 40 questionários durante os meses de dezembro de 2013, janeiro e fevereiro de 2014, com os estudantes do PARFOR da Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos, com a seguinte questão: O que lhe motivou a cursar a graduação ofertada pelo PARFOR? Além disso, realizamos pesquisa documental a partir de Leis e Resoluções que tratam sobre a implantação do PARFOR e sobre seus objetivos, intenções e impactos visualizados.

2. O PARFOR e a adesão dos docentes

Para que uma política de formação voltada exclusivamente para professores já atuantes? O que incentivou o governo a pensar e criar o PARFOR? O que motiva, em contrapartida, os professores que já lidam com a rotina de sala de aula a corresponder a esses investimentos de formação?

Estamos vivendo um período marcado pelo avanço da ciência e da globalização. Os países como o Brasil traçam metas. Buscam se destacar e alcançar postos importantes nos ranques internacionais. Em que é colocada às responsabilidades? Na educação. Desde que esta passou da função de preservar tradições, transmitir a cultura para as novas gerações, passando para a ideia de desenvolvimento, investimento, (BRANDÃO, 2007) ela é a primeira a ser posta em debate quando se busca concretizar um projeto nacional.

Reconhecida assim, qual o profissional principal no desenrolar da educação? Quem será o responsável oficial pela transmissão dos valores, regras, saberes, necessários para a vida em sociedade? O professor! Embora não seja recompensado como deveria, reconhece-se a importância do papel que cumpre no alcance das metas vislumbradas. Assim, olha-se para a sua formação com mais atenção, não admitindo professores leigos, pelo menos na lei, como antes.



Não por acaso, conforme os objetivos do programa expressos no decreto 6.755/09, em seu artigo 11 inciso III, a grande meta é qualificar os professores em médio prazo.

III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam: a) graduados não licenciados; b) licenciados em área diversa da atuação docente; e c) de nível médio, na modalidade Normal; (BRASIL, 2009, p. 5/6)

Uma das principais metas do PARFOR é superar as estatísticas brasileiras que indicam um número expressivo de professores que atuam indevidamente em área que não a que é formado ou que não é habilitado em curso superior, exigência posta na LDB 9.394/96 em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, p. 24).

Além de buscar corrigir esse impasse, o PARFOR vem possibilitar formação continuada, bem como novas perspectivas de trabalho para os docentes que estão há algum tempo na profissão, já que estes, por não terem o tempo suficiente e por residirem em localidades que normalmente são distantes das instituições de ensino superior, encontram maiores dificuldades de inserção nos cursos de graduação do chamado período regular.

Segundo dados da Fundação CAPES-Ministério da Educação (2012), “até 2012, o Parfor implantou 1.920 turmas. Há 54.000 professores da educação básica frequentando os cursos em turmas especiais do Parfor, localizada em 397 municípios do País” o que nos mostra que os docentes estão aderindo aos cursos, uma vez que as vagas ofertadas estão quase sempre preenchidas. Mas quais os motivos da adesão dos docentes ao programa?



O PARFOR é uma política voltada para a formação de professores que já atuam na educação básica. Assim, pode-se afirmar a partir de suas respostas obtidas com os questionários que para uns, estar na universidade, por meio do PARFOR, constitui uma oportunidade de obter seu primeiro curso superior, para outros, se constitui como uma oportunidade de obter uma segunda formação, o que proporciona uma adequação a suas formas de atuação ou a abertura de novas oportunidades no mercado de trabalho. O que se tem em comum nesses dois perfis de estudantes, é que para ambos se constitui como uma formação continuada, onde novos conhecimentos podem ser construídos sobre a profissão.

Pormenorizando as respostas numericamente, a partir da análise dos questionários aplicados a 40 discentes das várias licenciaturas ofertadas pelo PARFOR, é possível afirmar que: 12 docentes aderiram ao programa, porque estavam na docência e houve a oportunidade de cursar nível superior através da política; cinco não tinham formação na área em que lecionavam e procuravam a formação adequada; quatro buscam melhorar a prática pedagógica; três não tinham graduação em licenciatura; três encontraram no programa uma oportunidade única de cursar uma universidade, pois trabalhavam como professores e se encontravam sem tempo para se dedicar a um curso no período regular; cinco responderam que buscavam por mais conhecimentos; três não responderam; dois queriam obter uma segunda licenciatura; outros três deram respostas isoladas, respectivamente, porque queria muito ter uma graduação; porque era um curso em que desejava se formar; tinha o curso de história e queria fazer relação com o curso de pedagogia.

3. Conclusão

Percebe-se que o PARFOR vem conseguindo a adesão dos docentes e que estes apresentam variadas motivações na escolha por cursar universidade pelo programa. Quais são elas: pelo incentivo que é dado pela política, somado a própria perspectiva de novas oportunidades de trabalho e aperfeiçoamento do docente, muitos em busca da formação adequada para atuar conforme a lei, outros em busca do aperfeiçoamento de sua prática pedagógica e do aprimoramento de seus



conhecimentos, porque se percebe em um mundo em constante transformação, necessitando atualizar-se frente às mudanças no mundo do trabalho.

O que não se pode concluir neste momento, que se mostra necessário, é a qualidade dessas formações, a qual vem sendo objeto de um estudo que estamos desenvolvendo, ainda não conclusivo. Mas é possível prever o impacto que esta política pode provocar na prática do docente atuante. Os professores como já dito, estão aderindo ao programa por diversas razões, dentre elas, a vontade de continuar aprendendo. Nessa retomada e muitas vezes início dos conhecimentos de uma licenciatura, o professor-estudante poderá rever posturas adotadas em sala de aula, a partir da reflexão de sua prática, e assim ir de encontro ao que se tem de mais novo sobre a atuação profissional.

4.Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. **Decreto as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. disponível em <<https://www.google.com.br/#fp=c707e98e7db2764b&q=ldb+9.394%2F96>> Acessado: 25 de Agosto de 2013.

BRASIL. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. **Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais de Educação da Educação Básica**. Presidência da República. Disponível <<https://www.google.com.br/#fp=c707e98e7db2764b&q=decreto+pol%C3%ADtica+de+forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores+>> acessado: 25 de Agosto de 2013.

CAPES, Fundação. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR**. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>> Acessado em: 09 de julho de 2014.

LAGE, Maria Aparecida G.; SOUZA, Vilma Aparecida de.; **Formação docente e práticas pedagógicas: a influência das políticas educacionais**. In: NOVAIS, Gercina Santana; CICILLINI, Graça Aparecida.(orgs.). Formação Docente e Práticas Pedagógicas: Olhares que se entrelaçam-Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Belo Horizonte, MG:FAPEMIG,2010.

LIMA, Elmo de Souza. **Formação continuada de professores no semiárido: ressignificando saberes e práticas**. Teresina EDUFPI, 2011.



NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, nº 3, 2º SEM./1996. Disponível em: <http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf> Acessado em: 08 de jul. 2014.